

LEI Nº 3317, de 14 de junho de 2019.

"Dispõe sobre os direitos das pessoas com espectro Autista e da outras providências."

O Povo do Município de Itabirito, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no que se compreende: Transtorno Autista, Síndrome de Aspenger, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação e Síndrome de Rett, e estabelece diretrizes para a sua consecução.
- § 1° O chefe do poder executivo adotará no dia 2 (dois) de Abril, em espaços públicos do município, a cor predominante azul, cor esta que simboliza o Dia Mundial da Conscientização do autismo, data declarada pela ONU (Organização das Nações Unidas).
- § 2º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela com anomalia qualitativa constituída por característica global do desenvolvimento, conforme definido na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo DSM que é o manual de estatísticas diagnósticos da Associação Americana de Psiquiatria.
- § 3° A pessoa com transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.
- Art. 2º São diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:
 - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
 - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;
 - III. a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;
 - IV. o estímulo à inserção da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as



disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

V. a responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao

transtorno e suas implicações;

VI. o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, bem como a pais e responsáveis;

VII. o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo

ao Transtorno do Espectro Autista no país;

VIII. qualificar os profissionais de educação conforme orientação dada pelas normas, ABA, TEECH, PECS, FLOOTIME, DENVER E INTEGRAÇÃO SOCIAL, estes reconhecidos como os mais adequados para resultados efetivos.

Parágrafo Único - Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o poder público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º - São direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I. a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II. a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

- III. o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:
 - a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.
- Art. 4º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.
- Art. 5º O Município instituirá horário especial para seus servidores municipais que tenham sob sua responsabilidade e cuidados, cônjuge, filho ou dependente com deficiência de transtorno de aspecto autista, conforme as legislações vigentes.

Art. 6° - (VETADO).





- Art. 7° As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.
- Art. 9º Esta Lei entrará **em vigor na data da sua publicação**, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itabirito, 14 de Junho de 2019.

Amaldo Pereira do Santos PREFEITO MUNICIPAL